cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.10.19 05:27:32 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 19 de outubro de 2023 • Nº 1666 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IBGE PESQUISA

Estabilidade nas vendas do comércio varejista

As vendas no comércio brasileiro recuaram 0,2% em agosto na comparação com julho. O dado faz parte da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por ser bem próximo de zero, o resultado é considerado estável. Dos oito meses apurados este ano, foram quatro de estabilidade e três de volatidade baixa, explica Cristiano Santos, o gerente da pesquisa. "A leitura para agosto é estabilidade, após um alta de baixa amplitude (0,7%) em julho", aponta. Em relação a agosto de 2022, o volume de vendas cresce 2,3%. No acumulado de 12 meses, a alta é de 1,7%. Metade dos oito setores pesquisados teve números negativos: outros artigos de uso pessoal e doméstico (-4,8%), livros, jornais, revistas e papelaria (-3,2%), móveis e eletrodomésticos (-2,2%) e tecidos, vestuário e calçados (-0,4%). "Ao longo do ano, até agosto, grandes cadeias de lojas vivem crises contábeis e estão passando por redução no número de lojas", cita Cristiano Santos para contextualizar a queda nas vendas. Na outra ponta, ficaram no azul os setores hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,9%), combustíveis e lubrificantes (0,9%), equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (0,2%), e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,1%). PÁGINA 2

PERSPECTIVAS

BC: inflação no Brasil surpreende positivamente

LULA MARQUES/ABRASIL

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto (**foto**), disse ontem que a inflação corrente tem surpreendido positivamente no Brasil, sobretudo na parte qualitativa. "A parte de núcleos também tem tido uma surpresa positiva", comentou Campos Neto, em evento do Credit Suisse, em São Paulo. Campos Neto destacou ainda que a inflação do Brasil tem se comportado melhor do que a média global indicaria. Repetiu, ainda, que foi importante manter o centro da meta de inflação em 3% para promover uma redução das expectativas de IPCA de longo prazo. O presidente do BC salientou também que o Brasil tem juros reais altos, mas que o diferencial em relação a outros países diminuiu ao longo dos anos. Ainda repetiu que é necessário avançar na agenda de recuperação de crédito. "É um tema superimportante, grande parte do problema está no fato de a recuperação de crédito ser judicial", comentou Campos Neto. O presidente do BC ainda destacou que o Brasil é "disparado" o país que mais tem crédito direcionado, o que mantém os juros altos. PÁGINA 2

DÍVIDAS

Índice de inadimplência tem terceira queda mensal

PÁGINA 2

PORTO DE SANTOS

Governo anuncia redução tarifária

PÁGINA 3

ATOS GOLPISTAS

VALTER CAMPANATO/ABRASIL

CPMI pede o indiciamento de Bolsonaro e de mais 60 pessoas

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro aprovou ontem, por 20 votos a 11, o relatório final, que pede que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (**foto**) e mais 60 pessoas sejam responsabilizadas pelos atos antidemocráticos que destruíram as sedes dos Três Poderes em Brasília. Os governistas endossaram o documento elaborado pela relatora, senadora Eliziane Gama (PSD-MA). A oposição criticou as propostas, desacreditando a possibilidade de as acusações serem investigadas de forma mais profunda. O pedido de indiciamento sugere que autoridades deem continuidade às investigações e proponham, se convencidas de que houve crime, ações penais perante a Justiça. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: -1.60% / 114.059,64 / -1.848,79 / Volume: R$ 49.277.637.941 / Negócios: 4.498.286

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS ON N2	41.56	+2.34	+0.95
PETROBRAS PN N2	38.52	+2.26	+0.85
MAGAZ LUIZA ON NM	1.73	+2.37	+0.04
JBS ON NM	19.23	+1.05	+0.20
BBSEGURIDADEON NM	31.89	+0.89	+0.28

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MRV ON NM	8.30	–10.08	–0.93
GOL PN N2	7.24	–7.18	–0.56
VAMOS ON NM	8.100	–6.25	–0.540
ASSAI ON NM	10.820	–6.48	–0.750
AREZZO CO ON NM	59.51	–5.21	–3.27

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	38.52	+2.26	+0.85
VALE ON NM	65.36	–3.67	–2.49
ITAUUNIBANCOPN N1	26.75	–2.09	–0.57
PETROBRAS ON N2	41.56	+2.34	+0.95
B3 ON NM	11.13	–1.24	–0.14

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.665,08	-0,98
NASDAQ Composite	13.314,302	-1,62
CAC 40	6.965,99	-0,91
FTSE 100	7.588	-1,14
DAX	15.094,91	-1,03
Ftse Mib	28.155,98	-0,75

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (02/08)	12,75%
Poupança 3 (18/10)	0,6248%
TR (18/10)	0,1242%
IGP-M	0,37% (set.)
IPCA	0,26% (set.)
CDI (02/08)	12,65%
OURO BM&F/grama	R$ 316,21
EURO Comercial	Compra: 5,3237 Venda: 5,3243
EURO turismo	Compra: 5,3692 Venda: 5,5492
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,0568 +0,37%
DÓLAR comercial	Compra: 5,0533 Venda: 5,0539
DÓLAR turismo	Compra: 5,0697 Venda: 5,2497

Economia

MERCADOS

Com aversão global a a risco, Ibovespa fecha em queda de 1,60%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

O Ibovespa registrou seu menor nível de fechamento desde 5 de outubro, antes do ataque sem precedentes do Hamas a Israel no dia 7, encerrando a sessão de ontem em baixa de 1,60%, a 114.059,64 pontos. Em percentual, foi a pior queda do índice desde 21 de setembro, quando cedeu 2,15%.

A princípio, o spike do petróleo havia contribuído para algum equilíbrio ao Ibovespa nesse intervalo de incerteza global, mas ontem o avanço de Petrobras (ON 2,34%, PN 2,26%), com o Brent acima de US$ 91 por barril, foi contraponto insuficiente para a queda de 3,67% em Vale (ON) e de até 2,09% (Itaú PN) entre os grandes bancos.

Ontem, oscilou entre mínima de 113.952,11, no fim da tarde, e máxima de 115.907,04 pontos, correspondente ao nível de abertura. Com o Ibovespa no negativo ao longo de toda a sessão, e acentuando perda do meio para o fim do dia, o giro financeiro, a R$ 49,2 bilhões, foi fortalecido pelo vencimento de opções sobre o índice. Na semana, o Ibovespa passou ontem para o negativo (-1,46%), ampliando a 2,15% a perda acumulada no mês. No ano, ainda avança 3,94%.

"Há um cenário de incerteza global profunda, em que se acrescenta um conflito no Oriente Médio às dúvidas sobre o nível de juros nos Estados Unidos. De duas semanas para cá, ficou bem menos claro se o Federal Reserve poderá fazer ou não uma pausa em dezembro no ciclo de elevação dos juros de referência. Está bem mais difícil para o investidor montar posição ante o grau geral de incerteza. E isso num contexto de redução significativa da liquidez, do ano passado para cá, o que amplifica o efeito de cada movimento sobre as ações", diz Adriano Yamamoto, diretor comercial da corretora do C6 Bank.

Se no ano passado, o volume diário na B3 estava na faixa de R$ 32 bilhões a R$ 33 bilhões, em 2023 tem ficado entre R$ 20 bilhões e R$ 21 bilhões, aponta Yamamoto – e quando se expurga a participação aproximada de operações de alta frequência, a presença relativa de assets e dos investidores institucionais pode ter se suavizado ainda mais do que o número agregado sugere Além disso, há a retração do investidor estrangeiro, que chegou a comprar quando os institucionais e os de varejo já buscavam acomodação na Selic.

O cenário de juros longos em torno de 5% nos Estados Unidos drena fluxo antes destinado em parte a emergentes, onde a renda fixa vinha se mostrando muito atrativa também em países como o Brasil, com a Selic em dois dígitos, mesmo quando se considera pontos de entrada favoráveis, em termos de fundamento das empresas e de análise do Ibovespa, vis-à-vis os preços disponíveis. Ou seja, está bem difícil oferecer Bolsa aos investidores como alternativa aos juros, em cenário macro ainda pautado por elevado nível de incerteza e de aversão a risco, apesar dos descontos que vão se acumulando em certos papéis.

Ontem, em evento promovido pelo Credit Suisse, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, apontou que o spike global observado nos juros de mercado tem um componente que reflete a piora na percepção fiscal – ou seja, os investidores estão exigindo taxas maiores para financiar os governos, ante o ritmo dos gastos públicos.

Campos Neto observou também que o Credit Default Swap (CDS) dos Estados Unidos, usado como métrica de risco-país, tem mostrado piora relevante que, segundo ele, parece estar relacionada ao risco fiscal, reportam os jornalistas Cícero Cotrim e Eduardo Rodrigues, do Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Nesse contexto, "a única notícia positiva para o mercado financeiro, ontem, foi o PIB da China no terceiro trimestre, acima do esperado, com a injeção de dinheiro na economia para tentar alcançar a meta de crescimento do ano, de 5%. Por outro lado, quando se vê as leituras combinadas dos dados do varejo e do setor de construção nos Estados Unidos, ressurge a preocupação sobre a inflação americana, que colocou os juros de 10 anos a 4,90% no país, em nível muito alto", diz Marco Prado, CIO da BullSide Capital.

Ele acrescenta que o movimento nos juros de mercado nos EUA mais uma vez estressou as bolsas em todo o mundo. "Só não foi pior na B3 porque Petrobras voltou a subir nesta quarta (ontem, em máxima histórica para a ação, contrariando a tudo e a todos", acrescenta Prado, em referência à percepção dos que acreditavam que a precificação do ativo pioraria sob o novo governo.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, além de Petrobras, destaque também para Magazine Luiza (2,37%), JBS (1,05%) e BB Seguridade (0,89%) – na sessão, 14 dos 86 papéis da carteira do índice conseguiram evitar perdas. No lado oposto, MRV (-10,08%), Gol (-7,18%) e Assai (-6,48%).

PERSPECTIVAS

BC: inflação no Brasil surpreende positivamente

CÍCERO COTRIM E EDUARDO RODRIGUES/AE

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem que a inflação corrente tem surpreendido positivamente no Brasil, sobretudo na parte qualitativa. "A parte de núcleos também tem tido uma surpresa positiva", comentou Campos Neto, em evento do Credit Suisse, em São Paulo.

Campos Neto destacou ainda que a inflação do Brasil tem se comportado melhor do que a média global indicaria. Repetiu, ainda, que foi importante manter o centro da meta de inflação em 3% para promover uma redução das expectativas de IPCA de longo prazo.

O presidente do BC salientou também que o Brasil tem juros reais altos, mas que o diferencial em relação a outros países diminuiu ao longo dos anos. Ainda repetiu que é necessário avançar na agenda de recuperação de crédito. "É um tema superimportante, grande parte do problema está no fato de a recuperação de crédito ser judicial", comentou Campos Neto.

O presidente do BC ainda destacou que o Brasil é "disparado" o país que mais tem crédito direcionado, o que mantém os juros altos. "Não é uma fala específica em relação ao que o BNDES está fazendo, ou ao que um banco A, B ou C está fazendo", afirmou Campos Neto. "Quando o crédito direcionado caiu, o juro estrutural também caiu", completou.

O presidente do Banco Central disse também que questionamentos sobre o caminho da desinflação à frente têm marcado debates internacionais, incluindo as últimas reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), no Marrocos.

"Uma das perguntas que surgiu muito nas reuniões internacionais é de onde vai vir a desinflação daqui para a frente", disse Campos Neto.

Ele destacou que a inflação parou de cair em alguns países, em parte devido ao aumento dos preços de energia. Esses fatores levaram, inclusive, a um aumento nas projeções de inflação de alguns países para 2024.

Campos Neto salientou ainda que os preços do petróleo já sofriam "implicações" do arranjo entre Arábia Saudita e Rússia mesmo antes do conflito entre Israel e Hamas. Mas notou que grande parte dos países têm expectativas de inflação entrando no intervalo da meta, sobretudo para 2024 e 2025.

Sobre o Brasil, o presidente do BC voltou a destacar que a manutenção do centro da meta em 3% foi importante para ancorar as expectativas. Campos Neto disse ainda que os preços de alimentos continuam contribuindo para a desinflação no País.

Fluxo cambial em outubro é positivo em US$ 4,078 bi

EDUARDO RODRIGUES/AE

O Brasil registrou fluxo cambial positivo de US$ 4,078 bilhões em outubro, até o dia 13, segundo dados preliminares divulgados ontem pelo Banco Central. Em setembro, houve saída líquida de US$ 1,665 bilhão.

Com a entrada em vigor da nova lei cambial, operações menores têm até o dia 5 do mês subsequente para serem informadas ao BC e, por isso, a estatística mensal final do fluxo cambial é publicada na terceira semana do mês seguinte.

Em outubro, até o dia 13, o canal financeiro apresentou entrada líquida de US$ 1,133 bilhão. Isso é o resultado de aportes no valor de US$ 22,114 bilhões e retiradas no total de US$ 20,981 bilhões. O segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo preliminar até o dia 13 foi positivo em US$ 2,945 bilhões, com importações de US$ 6,932 bilhões e exportações de US$ 9,877 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US$ 832 milhões em Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), US$ 2,476 bilhões em Pagamento Antecipado (PA) e US$ 6,569 bilhões em outras entradas.

Também segundo o BC, o Brasil registrou fluxo cambial negativo de US$ 1,468 bilhão na semana passada. Entre os dias 9 e 13 de outubro, o canal financeiro apresentou saídas líquidas de US$ 883 milhões. Isso é o resultado de aportes no valor de US$ 9,887 bilhões e retiradas no total de US$ 10,771 bilhões.

No comércio exterior, o saldo da segunda semana do mês foi negativo em US$ 585 milhões, com importações de US$ 3,742 bilhões e exportações de US$ 3,157 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US$ 352 milhões em Adiantamento de Contrato de Câmbio, US$ 755 milhões em PA e US$ 2,050 bilhões em outras entradas.

PESQUISA

Vendas do varejo caem 0,2% em agosto ante julho, informa o IBGE

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

As vendas no comércio brasileiro recuaram 0,2% em agosto na comparação com julho. O dado faz parte da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por ser bem próximo de zero, o resultado é considerado estável.

Dos oito meses apurados este ano, foram quatro de estabilidade e três de volatidade baixa, explica Cristiano Santos, o gerente da pesquisa. "A leitura para agosto é estabilidade, após um alta de baixa amplitude (0,7%) em julho", aponta.

Em relação a agosto de 2022, o volume de vendas cresce 2,3%. No acumulado de 12 meses, a alta é de 1,7%.

Metade dos oito setores pesquisados teve números negativos: outros artigos de uso pessoal e doméstico (-4,8%), livros, jornais, revistas e papelaria (-3,2%), móveis e eletrodomésticos (-2,2%) e tecidos, vestuário e calçados (-0,4%).

"Ao longo do ano, até agosto, grandes cadeias de lojas vivem crises contábeis e estão passando por redução no número de lojas", cita Cristiano Santos para contextualizar a queda nas vendas.

Na outra ponta, ficaram no azul os setores hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,9%), combustíveis e lubrificantes (0,9%), equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (0,2%), e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,1%).

Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentaram a terceira alta seguida. "Isso tem a ver com a desaceleração da inflação na parte alimentícia. O efeito da inflação acaba tendo impacto na atividade, com maior renda para o consumidor adquirir produtos", avalia o pesquisador do IBGE.

No comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, as vendas recuaram 1,3% na comparação com julho, mas apresentam crescimento de 2,7% no acumulado de 12 meses.

DÍVIDAS

Índice de inadimplentes tem terceira queda mensal seguida

MARIA REGINA SILVA E MATHEUS PIOVESANA/AE

O número de registros de inadimplentes no Brasil caiu 3% em setembro, na comparação com agosto, e cedeu 2,8% no terceiro trimestre em relação ao período imediatamente anterior, de acordo com a Boa Vista. "O indicador recuou pela terceira vez consecutiva, a quinta nos últimos seis meses, e isso se deve a uma melhora de quase todos os fatores condicionantes", afirma Flávio Calife, economista da entidade, em nota.

No confronto com setembro de 2022, o índice que mede o total de pessoas inadimplentes no país registrou queda de 5%. Segundo a entidade, trata-se da primeira variação negativa nesta base de comparação após quase um ano e meio. Contudo, houve crescimento de 0,6% no total daqueles que descumpriram suas obrigações financeiras.

"Os resultados acumulados se mantiveram numa tendência de desaceleração", cita a Boa Vista em nota. No ano, o crescimento do indicador passou de 10,9% para 9,1% e na análise acumulada em 12 meses desacelerou de 16,8% em agosto para 13,7% na aferição atual.

O economista da Boa Vista ainda afirma que já é possível notar melhora "mais nítida" no endividamento e no comprometimento de renda das famílias no início do terceiro trimestre. Segundo ele, o programa federal Desenrola, de renegociação de dívida, pode ter uma contribuição indireta nesse processo de melhora.

"Sabemos que o programa está voltado às pessoas físicas que estavam com alguma restrição de crédito até o final do ano passado, mas dois meses e meio depois do início das renegociações, com descontos e condições melhores, é possível que a capacidade de pagamento das famílias tenha melhorado", diz.

Conforme Calife, isso pode ter feito com que as pessoas conseguissem honrar seus compromissos mais recentes também, evitando assim um novo registro.

A Caixa Econômica Federal já renegociou R$ 47 milhões na Faixa 1 do Desenrola, que corresponde à segunda fase do programa em que os brasileiros podem quitar dívidas com desconto através do site do programa. O banco vem atuando no Desenrola desde a Faixa 2, ou primeira fase, em que as renegociações ultrapassam os R$ 4 bilhões.

Nota

PRATES: PREÇO DO PETRÓLEO JÁ ESTÁ AFETADO

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, avalia que, no momento, não há indícios de que a guerra entre Israel e o grupo Hamas interfira no preço dos combustíveis no Brasil. Contudo, se o conflito se alastrar, será a "tempestade perfeita" no mercado de petróleo e gás. Prates reconheceu que o conflito já apresentou um impacto inicial no preço do petróleo, mas que houve uma estabilização após alguns dias. Segundo ele, a cotação do petróleo atualmente, em cerca de US$ 91 por barril (Brent), é alta, "mas não tem, necessariamente, a ver com esse conflito em si". "Já tinha uma inflação estrutural acontecendo." O presidente da estatal disse ainda que há intenção de se reunir, assim que possível, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar sobre o assunto.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 22º 16º 45% 05:33 18:12 **PRIMAVERA:** Nublado com possibilidade de garoa de dia e à noite.

ATOS GOLPISTAS

CPMI pede o indiciamento de Jair Bolsonaro e mais 60

ISABELLA ALONSO PANHO E GABRIEL DE SOUSA/AE

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro aprovou ontem, por 20 votos a 11, o relatório final, que pede que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mais 60 pessoas sejam responsabilizadas criminalmente pelos atos antidemocráticos que destruíram as sedes dos Três Poderes em Brasília.

Na sessão, governistas endossaram o documento elaborado pela relatora, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), e a oposição criticou as propostas de indiciamento, desacreditando a possibilidade de as acusações serem investigadas de forma mais profunda.

O pedido de indiciamento é uma sugestão para que as autoridades (Ministério Público e Polícia Federal), municiadas dos documentos obtidos pelo colegiado, deem continuidade às investigações e proponham, se convencidas de que houve crime, ações penais perante a Justiça.

Para Bolsonaro, estão elencados quatro crimes, cujas penas máximas, somadas, chegam a 29 anos de prisão. O relatório o acusa de associação criminosa (equivalente a formação de quadrilha, na linguagem popular), violência política, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de estado. Três desses crimes também são atribuídos aos manifestantes do 8 de Janeiro que estão sendo julgados no Supremo Tribunal Federal (STF).

No relatório, o ex-presidente é apontado como "mentor intelectual" dos ataques. Eliziane Gama afirma que os ataques golpistas foram um "ataque desesperado" depois de um "golpe ensaiado" por Bolsonaro. Depois de ser derrotado nas urnas, ele teria se reunido com comandantes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército munido de uma minuta, para avaliar a possibilidade de um golpe de estado, mas não obteve apoio unânime.

Esta não é a primeira vez que o ex-presidente entra na mira de um relatório de comissão parlamentar. Em outubro de 2021, as penas dos crimes atribuídos a ele na CPI da Covid chegavam a 38 anos. No entanto, a Procuradoria-Geral da República (PGR), então chefiada por Augusto Aras, engavetou as investigações abertas em função do relatório. Inelegível e cercado de investigações da Polícia Federal (PF), Bolsonaro está agora em outro contexto político que o torna mais vulnerável.

Durante a discussão do relatório de Eliziane até o início da tarde, parlamentares governistas e da oposição divergiram sobre os pedido de indiciamento feitos pela relatora. Governista, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) parabenizou a senadora por propor que Bolsonaro continue sendo investigado pelos órgãos competentes.

"O seu relatório não é um complemento das investigações, ele é protagonista de muitos dados e de muitas investigações não só nas milícias digitais, nos golpistas e no indiciamento que é do principal mentor da tese golpista no Brasil, que é o senhor Jair Bolsonaro", afirmou Feghali.

Já os oposicionistas dedicaram os seus discursos para descreditar o texto de Eliziane. A sessão foi interrompida por dois minutos após o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) afirmar que a relatora produziu um parecer parcial para agradar ao presidente da República. "É um fantoche a serviço do Lula. Então, esse relatório não passa de água de salsicha, porque não serve para porcaria nenhuma."

Em um último discurso antes da votação, Eliziane afirmou que está recebendo ameaças de morte em seu telefone pessoal. A relatora disse que vai encaminhar as mensagens recebidas para a Polícia Federal, e pedirá reforço de segurança para ela e os seus familiares ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Outro nome na lista de pedidos de indiciamento elaborada por Eliziane Gama é o da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), que é acusada de ter feito postagens questionando a confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro e intermediado uma reunião entre Bolsonaro e o hacker Walter Delgatti Neto. O encontro seria para demonstrar supostas "fraudes" das urnas eletrônicas. Mesmo não sendo integrante do colegiado, Zambelli se defendeu durante a sessão.

Após ser citada no discurso do deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL), que listou as acusações contra Zambelli, o presidente da CPMI, Arthur Maia (União-BA), concedeu direito de resposta à parlamentar. Zambelli citou um comentário que teria recebido em suas redes sociais após ser citada no relatório final, com teor pornográfico: "Tchau, pistoleira. Vai para a cadeia m... a r... do teu presidente genocida".

O presidente da CPMI pediu que a frase fosse retirada das notas taquigráficas da sessão. "Isso aqui não é lugar de se falar pornografia. A senhora, por favor, contenha a sua fala e respeite esse ambiente. Eu quero dizer que todos nós que somos pessoas públicas e que temos redes sociais estamos sujeitos a sermos ofendidos. Isso não nos dá o direito de vir para cá, para um ambiente de uma CPMI transmitida em rede nacional de televisão, e falar palavras de baixo calão", afirmou.

Além de Bolsonaro e da deputada Carla Zambelli, a CPMI pediu o indiciamento, entre outros, dos generais Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil e vice na chapa de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022; Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional; Luiz Eduardo Ramos, ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República; do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e Segurança Pública; Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal e do almirante Almir Garnier Santos, ex-comandante da Marinha.

Ex-presidente vai à PF, mas se cala no inquérito sobre fake news nas eleições

RAYSSA MOTTA E PEPITA ORTEGA/AE

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) compareceu ontem à sede da Polícia Federal, em Brasília, mas não prestou depoimento sobre a suposta ordem que teria dado para aliados espalharem fake news na eleição.

A defesa lançou mão do mesmo argumento usado para justificar o silêncio no caso das joias. Os advogados afirmam que o Supremo Tribunal Federal (STF) não tem competência para conduzir o caso e que Bolsonaro só vai prestar esclarecimentos quando a investigação passar à primeira instância.

"Nenhum dos investigados é detentor de foro por prerrogativa de função, pelo que não há justificativa para o processamento desta apuração na esfera do Supremo Tribunal Federal", justificaram por escrito ao STF.

Diálogos recuperados pela PF mostram que o ex-presidente pediu para Joseph Meyer Nigri, fundador da Tecnisa, "espalhar ao máximo" informações falsas sobre o processo eleitoral.

Seis empresários bolsonaristas começaram na mira do inquérito, mas hoje apenas Nigri e Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan, são investigados.

O ex-presidente foi condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por espalhar informações falsas sobre as urnas eletrônicas. Uma das punições previstas na sentença foi a suspensão dos direitos políticos, o que na prática o deixa inelegível até 2030.

Na saída da sede da Polícia Federal, em conversa com jornalistas, Bolsonaro afirmou desconhecer o conteúdo da delação do tenente-coronel Mauro Cid, se esquivou sobre a suposta articulação de um golpe de estado e disse responder por tudo que assinou.

Questionado sobre o acordo de Cid com a PF, Bolsonaro disse que não tem conhecimento sobre conteúdo. "Não sabemos nem se é uma delação ou uma colaboração", afirmou.

O ex-ajudante de ordens afirmou aos investigadores que o ex-presidente se reuniu com a cúpula das Forças Armadas para discutir a possibilidade de uma intervenção militar para anular o resultado da eleição de 2022, que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a Presidência.

"Vocês me acusam de querer dar golpe desde janeiro de 2019, quando eu assumi (a Presidência), e também antes, lá atrás. Tanto é que o relatório da CPMI cita fatos do século passado, como sendo golpista", afirmou.

Segundo o ex-presidente, existia a possibilidade de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) durante as eleições, "no caso de um distúrbio". "Eu sou responsável por tudo aquilo que eu assinei", acrescentou.

Ao ser perguntado se tinha discutido com militares sobre um golpe contra a posse de Lula, questionou: "Você viu a movimentação de um soldado por aí?".

Durante a entrevista, Fabio Wajngarten, ex-secretário especial de Comunicação e advogado do ex-presidente, afirmou que a eleição é "página virada". Em certo momento, ao tentar tirar Bolsonaro de perto dos jornalistas, foi repreendido por ele.

CRIMES

STF chega à marca de 12 condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro

FELIPE PONTES/ABRASIL

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, por maioria, mais seis réus por envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes, em Brasília, foram invadidas e depredadas. Com isso, chega a 12 o número de condenados com relação ao episódio.

Todos foram denunciados pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de estado, dano qualificado ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado. O julgamento virtual foi finalizado às 23h59 de terça-feira.

Os condenados foram Reginaldo Carlos Begiato Garcia (SP), Claudio Augusto Felippe (SP), Jaqueline Freitas Gimenez (MG), Marcelo Lopes do Carmo (GO), Edineia Paes da Silva dos Santos (SP) e Jorge Ferreira (SP).

Ao final, prevaleceu o entendimento do relator, ministro Alexandre de Mores, que votou pela condenação de cada um pela pena de 17 anos de prisão, com exceção de Jorge Ferreira, que recebeu sentença de 14 anos.

Acompanharam Moraes os ministros Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Luiz Fux. Os ministros Cristiano Zanin e Edson Fachin divergiram em parte, aplicando penas mais brandas, enquanto os ministros Luís Roberto Barroso, André Mendonça e Nunes Marques divergiram em maior extensão, absolvendo os réus de alguns dos crimes imputados.

As diferenças nas penas ocorrem por que elas são calculadas pelos ministros com base na análise individualizada da conduta dos réus. Nessa leva, a maior parte dos condenados foi presa no interior do Palácio do Planalto. Somente Reginaldo Garcia foi preso dentro do plenário do Senado.

Ao todo, a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou cerca de 1,4 mil denúncias relativas ao 8 de janeiro. A grande maioria diz respeito aos militantes bolsonaristas presos em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília.

Nesse caso, a acusação foi mais branda, de associação criminosa e incitação à animosidade das Forças Armadas contra os Poderes instituídos, e Moraes autorizou o Ministério Público Federal a fechar acordos para encerrar o caso.

Aproximadamente outras 250 denúncias, que tratam de crimes mais graves, dizem respeito a pessoas presas em flagrante no interior ou no entorno do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional ou da sede do Supremo Tribunal Federal.

INCENTIVO

Governo anuncia redução tarifária no Porto de Santos

LUIZ ARAÚJO/AE

O Ministério de Portos e Aeroportos anunciou corte no valor das tarifas portuárias no Porto de Santos contemplando embarcações classificadas como "verdes", as que atuam com cabotagem e os cruzeiros turísticos, com descontos que poderão alcançar 60% do atual valor da taxa. Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a iniciativa de redução tarifária é um novo olhar que o governo federal passou a dar ao setor, enquanto base da economia brasileira.

"Estamos trabalhando de maneira coletiva para incentivar o mercado, aquecer a economia e fomentar boas práticas de sustentabilidade, como as 'embarcações verdes', as que têm pontuação positiva no Índice Ambiental de Navios, um compromisso, inclusive, do Brasil com o mundo", afirmou o ministro.

Segundo Anderson Pomini, diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), o cálculo da taxa será feito de acordo com o tipo de navegação e da frequência do uso do terminal pela embarcação, o que resulta na resulta na "fidelização" do usuário.

Anteriormente, já haviam sido publicadas quedas de outras taxas nos Portos de Santos (SP), da PortosRio (RJ), do Rio Grande (RS), e no Porto de Ilhéus, no sul da Bahia.

Nos portos públicos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, por exemplo, onde houve readequação na cobrança das taxas portuárias, o valor era calculado de acordo com o peso que o navio foi projetado para transportar (carga, mantimentos, combustível, etc.). Agora, a cobrança é feita de acordo com o tipo e peso da carga transportada e o tipo de navegação. Os descontos chegam a 95,5% para alguns tipos de carga.

TRANSPORTES

Corridas de táxi ficarão mais caras na capital

RENATA OKUMURA/AE

A corrida de táxi ficará mais cara na cidade de São Paulo a partir do próximo dia 28. De acordo com portaria da Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana publicada no *Diário Oficial* de ontem, a bandeirada, ou seja, o valor inicial da corrida passará de R$ 5,50 para R$ 6 nas categorias de táxis comum, comum-rádio e especial.

Para estas categorias, a tarifa quilométrica (valor por quilômetro rodado) passará de R$ 4 para R$ 4,25, enquanto a tarifa horária (quando o carro fica parado ou circula a menos de 15 km por hora) passa de R$ 49 para R$ 51.

Conforme a medida anunciada, para a categoria luxo, a bandeirada passará de R$ 8,25 para R$ 9. Neste caso, a tarifa quilométrica aumentará de R$ 6 para R$ 6,38 e a tarifa horária passará de R$ 73,50 para R$ 76,50.

Fica mantido o percentual de 30% da bandeira 2 na tarifa quilométrica, que é acionada das 20h às 6h da manhã de segunda a sábado e domingo e feriado o dia todo. Essa regra vale para todas as categorias.

"A verificação dos taxímetros será procedida pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (Ipem) nos termos das normas estabelecidas e em consonância com o dispositivo nesta portaria", conforme a publicação.

Desta forma, os táxis do município de São Paulo ficam obrigados a proceder à verificação dos respectivos taxímetros nos prazos estabelecidos pelo Ipem, a fim de evitar que o veículo seja apreendido pelo Departamento de Transportes Públicos (DTP).

Ainda de acordo com a publicação, fica autorizada, provisoriamente, a cobrança das tarifas dos táxis das categorias comum, comum-rádio, especial e luxo de acordo com as tabelas de preços elaboradas pela Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana, constante dos anexos integrantes da portaria, enquanto não for procedida a verificação dos taxímetros.

"Cada motorista deverá, obrigatoriamente, portar duas tabelas, sendo uma afixada no vidro lateral traseiro esquerdo do veículo, e a outra para informação ao passageiro no ato da cobrança", afirma ainda a medida.

O último reajuste do Sistema Táxi na cidade de São Paulo havia ocorrido em abril do ano passado.

COVID 19

Surto suspende aulas em escola de Itanhaém

RENATA OKUMURA

Uma escola e uma creche de Itanhaém, no litoral paulista, tiveram as aulas suspensas na última terça-feira, após ser registrado surto de covid-19 entre alunos e funcionários. A decisão foi tomada um dia após o retorno das aulas em outra unidade de ensino do município que havia sido fechada pela mesma razão.

A Secretaria Municipal de Educação informou que a suspensão será mantida até amanhã na escola Lions Clube e na creche vinculada Joana Maria do Nascimento, localizadas no bairro Ivoty. O retorno dos estudantes ocorre na próxima segunda-feira, 23. Neste período, as unidades de ensino passarão por um processo de higienização.

Ao todo, foram 16 casos confirmados, sendo 11 alunos e cinco funcionários. Os casos são monitorados pela equipe da Vigilância Epidemiológica e não há registro de casos graves, conforme a prefeitura.

As duas unidades somam 337 alunos matriculados. "A administração municipal, por meio da Secretaria de Educação, segue tomando todas as medidas de orientação aos pais, alunos e funcionários, bem como o incentivo à vacinação contra a covid-19", disse.

Na última semana, a escola Shirley Mariano Estriga também suspendeu as aulas para desinfecção da unidade, onde foram confirmados nove casos positivos para covid-19. As aulas retornaram na última segunda-feira.

PRIMAVERA: Chuvoso durante o dia e à noite. **Manhã** **Tarde** **Noite** 25º 20º 85% 05:15 17:57

COMÉRCIO

Vendas do varejo no Estado do Rio superam a média nacional

RAFAEL CAMPOS/GOVERNO DO RJ

As vendas no comércio varejista no Estado do Rio de Janeiro cresceram 0,5% na passagem de julho para agosto, registrando alta acima da média nacional, que ficou em -0,2%, e de estados como São Paulo (-0,3%). Na comparação com agosto de 2022, o crescimento foi de 5,2%. Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"O bom desempenho do comércio varejista no Rio de Janeiro sinaliza o fortalecimento da economia do nosso estado. O setor tem impacto direto e significativo no mercado de trabalho, sendo responsável pela criação de milhares de empregos, e também gera uma importante contribuição tributária", comentou o governador Cláudio Castro (**foto**).

De acordo com o IBGE, algumas atividades se destacaram pelo crescimento, como os ramos de hiper, supermercados, produtos alimentícios e bebidas. O secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços do estado, Vinicius Farah, acredita que os resultados do setor nos próximos meses serão ainda mais positivos.

"Temos pela frente a Black Friday e as compras para o Natal e o Ano Novo, quando as vendas nas lojas físicas, principalmente, se acentuam, gerando a possibilidade de maior número de trabalhos temporários e contratações", disse Farah.

GUERRA

Médicos fazem cirurgias no chão em hospital de Gaza

DA REDAÇÃO

No dia em que o presidente dos Estados Unidos, Joe Baden, esteve em Tel Aviv para reuniões com autoridades israelenses, médicos da Cidade de Gaza continuavam sua luta desesperada na tentativa de salvar vítimas gravemente feridas pela explosão que matou civis abrigados em um hospital na terça-feira.

Confrontados com a escassez de suprimentos hospitalares, médicos na Cidade de Gaza realizaram cirurgias no chão, muitas vezes sem anestesia. Ontem, palestinos continuavam encontrando corpos no hospital devastado.

"Nunca vi nada parecido na minha vida", disse Ahmed Tafesh, depois de horas recolhendo restos humanos. Entre os veículos queimados, voluntários recolhem corpos e restos mortais e os colocam em sacos para cadáveres, enquanto outros corpos são enrolados em cobertores e invólucros brancos.

A diretora do hospital, Suhaila Tarazi, disse que as consequências da explosão foram "diferentes de tudo que eu já vi ou poderia imaginar". "Nosso hospital é um lugar de amor e reconciliação", disse ela. "Somos todos perdedores nesta guerra. E isso deve acabar.

O grupo Hamas, responsabilizou o governo de Israel pelo episódio e disse que o há ao menos 500 mortos no hospital, mas o número exato de vítimas ainda não está claro.

O Exército israelense, por sua vez, informou que o hospital não estava entre os seus alvos e responsabilizou a Jihad Islâmica, outro grupo palestino, que teria lançado mísseis acidentalmente contra o local. "Uma análise do sistema operacional do Exército indica que uma barragem de foguetes foi disparada por terroristas em Gaza e passou perto do hospital, que foi atingido", informou o Exército israelense em nota.

A Jihad Islâmica negou a acusação de Israel. "Não houve operações nessa área", disse o porta-voz do grupo, Daoud Shebab, ao The New York Times. Nenhuma das versões foi verificada até agora.

O presidente norte-americano desembarcou ontem em Israel. Do aeroporto, Biden foi direto ao hotel Kempinski em Tel Aviv, onde se reuniu com o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. Em coletiva com Netanyahu após a chegada, Biden apoiou a versão das autoridades israelenses de que a Jihad Islâmica foi a responsável pelo bombardeio.

"Fiquei profundamente triste e indignado com a explosão em um hospital de Gaza ontem (terça-feira). E, pelo que vi, parece ter sido obra do outro lado", disse Biden. "Mas há muitas pessoas por aí que não tem certeza", continuou.

"Joe, quero agradecê-lo por vir aqui hoje e pelo forte apoio demonstrado pelos Estados Unidos", disse Netanyahu ao líder norte-americano.

Mais tarde, em discurso em Tel Aviv, o presidente dos Estados Unidos afirmou que vai pedir ao Congresso norte-americano que aprove um "pacote de defesa sem precedentes a Israel", e enfatizou que os EUA vão apoiar Israel até o fim da guerra, com envios de equipamento de defesa e ajuda humanitária.

Biden pontuou que os EUA vão garantir que o Domo de Ferro, sistema antibombas israelense, vai permanecer "completamente abastecido" durante o tempo que se fizer necessário. Ele também afirmou que, no momento, a prioridade máxima do governo dos Estados unidos é recuperar os reféns israelenses feitos pelo Hamas.

"Aos países que estão cogitando atacar Israel, deixou a minha mensagem clara: não ataquem. Não ataquem. Não ataquem", afirmou Biden.

No discurso, ele exigiu que os militantes do Hamas permitam que a Cruz Vermelha visite os reféns, e enfatizou também que um corredor humanitário precisa ser aberto para garantir fornecimento de alimentos e medicamentos à população de Gaza.

Ele também anunciou um pacote de US$ 100 milhões para assistência humanitária nos territórios palestinos de Gaza e da Cisjordânia. Em sua conta em uma rede social, Biden escreveu que este dinheiro apoiará mais de 1 milhão de pessoas deslocadas e afetadas pelos conflitos. (*Com agências*)

Brasil vai transportar 15 estrangeiros sul-americanos no último voo que vem de Tel Aviv

FELIPE FRAZÃO/AE

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, afirmou ontem que o governo brasileiro vai contribuir para a repatriação de 15 estrangeiros que estão em Israel e querem voltar para a América do Sul.

Vieira destacou que os estrangeiros são bolivianos, argentinos, paraguaios e uruguaios que irão embarcar em um voo da Força Aérea Brasileira (FAB). Com todas as operações de repatriação do Brasil, o número de brasileiros que saíram de Israel chegou a 1.137. Já os 32 brasileiros que estão na Faixa de Gaza ainda esperam o aval para cruzar a passagem de Rafah, na fronteira do enclave palestino com o Egito.

Segundo o chanceler, o avião da FAB que está disponível para buscar os brasileiros em Gaza saiu de Roma, na Itália, chegou ao aeroporto Al Arish, no nordeste do Egito, próximo à fronteira com a Faixa de Gaza, para transportar mantimentos e ajuda humanitária ao enclave palestino. A aeronave se deslocou para a capital do país, Cairo, e espera a saída dos brasileiros da Faixa de Gaza.

Viera também afirmou que o Brasil tem outro avião que está em Roma, podendo atender tanto os que estão em Gaza quanto um último voo de Tel Aviv.

JUSTIÇA

Gravadora terá que indenizar herdeiros do músico João Gilberto

SABRINA LEGRAMANDI/AE

A Justiça do Rio de Janeiro determinou que a EMI Records, gravadora pertencente à Universal Music, terá de pagar R$ 150 milhões em indenização para os herdeiros do músico João Gilberto, considerado o "pai da bossa nova". A informação foi confirmada ontem pela assessoria de imprensa do advogado Leonardo Amarante, que representa Luísa Carolina, filha mais nova do cantor.

O processo, que se arrasta há quase três décadas, estava julgado desde fevereiro, mas o valor da indenização foi fixado apenas na última terça-feira. O laudo foi homologado pela 14ª Câmara De Direito Privado (Antiga 9ª Câmara Cível) do Rio.

Ainda cabe recurso. Leonardo Amarante, porém, diz considerar que "a batalha judicial está praticamente finalizada". "Todos os fatos foram analisados e a discussão sobre eles foi encerrada no julgamento de ontem (terça-feira), não podendo ser retomada em sede de recurso especial", informou a assessoria do advogado.

A ação foi aberta pelo próprio músico em 1997. A gravadora é acusada de remasterizar algumas músicas originais do artista sem autorização para relançá-las. Quando o processo chegou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) pela primeira vez, a corte saiu a favor de João Gilberto.

Em 2013, o cantor foi novamente à Justiça para pedir o rompimento de contrato com a EMI Records, além da devolução das fitas masters de LPs, incluindo Chega de Saudade, e o acesso irrestrito às matrizes de suas canções originais. À época, a Justiça foi favorável apenas ao acesso aos fonogramas originais, sem a devolução.

Em 2022, o STJ foi favorável à gravadora e decidiu que os masters das gravações não pertenceriam aos herdeiros e a EMI Records teria o direito de produzir novos discos de vinil com as canções originais. O entendimento, à época, foi de que a reprodução seria vedada apenas em outros formatos não previstos em contrato, além de que a obra de João Gilberto seria um patrimônio cultural do País.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da gravadora Universal, responsável pela EMI Records, mas não obteve retorno até o momento desta publicação.

INVESTIMENTOS

China mira economias em desenvolvimento

O presidente da China, Xi Jinping, prometeu ontem a criação de linhas de financiamento com valores superiores a US$ 100 bilhões destinadas a outras economias em desenvolvimento. Xi também sugeriu a possibilidade de maior abertura do mercado chinês a investimentos estrangeiros.

Durante discurso no Fórum Cinturão e Rota, em Pequim, Xi prometeu que dois bancos de desenvolvimento apoiados pelo país – o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Banco de Exportação e Importação da China (China EximBank) – estabelecerão linhas de financiamento de 350 bilhões de yuans (US$ 47,9 bilhões) cada.

Além disso, serão injetados mais 80 bilhões de yuans (US$ 11 bilhões) no Fundo da Rota da Seda para apoiar projetos da iniciativa, que constrói obras de infraestrutura em todo o mundo. Xi prometeu ainda diminuir restrições ao capital estrangeiro na economia chinesa. "Removeremos de forma abrangente as restrições ao acesso ao investimento estrangeiro no setor industrial."

Os presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e o da Argentina, Alberto Fernández, participam do evento em Pequim.

FRANÇA

Ameaças de bombas fecham 6 aeroportos

Seis aeroportos foram parcialmente ou totalmente esvaziados ontem na França, devido a alertas de bomba. O pais está sob alerta de "emergência para atentado" desde o último dia 13, quando um professor foi assassinado em um suposto ataque islamita.

Os aeroportos que registraram ameaças de bomba foram os das cidades de Lille, Lyon, Nantes, Nice, Toulouse e Beauvais. As supostas ameaças foram recebidas por e-mail, informou uma fonte da polícia à AFP.

Em Nice, "houve apenas um alerta de pacote suspeito, algo habitual, que forçou o estabelecimento de um perímetro de segurança, mas tudo voltou à normalidade", informou a administração do aeroporto.

Em Lille, "o terminal foi evacuado às 10h30, disse uma porta-voz, e três voos foram desviados. No aeroporto comercial de Bron (Lyon), "as dúvidas foram dissipadas e o tráfego foi retomado", afirmou a administração do local.

Nos últimos dias, situações como essa se multiplicaram pela França, com alertas em pontos turísticos, estações e instituições de ensino. Na terça-feira, o Palácio de Versalhes foi esvaziado, algo que já havia sido feito no sábado, 14, quando também foi feito um alerta para o Museu do Louvre, bem como na estação Gare de Lyon, uma das maiores estações de trem de Paris.

Nota

OPERAÇÃO MARÉ INICIA SEXTO DIA COM ATUAÇÃO DA POLÍCIA EM TRÊS COMUNIDADES DA REGIÃO

As forças de segurança estaduais fizeram ontem o sexto dia da Operação Maré. Policiais militares atuaram nas comunidades Nova Holanda, Parque União e Sem Terra, no complexo. A operação mais tecnológica já realizada, iniciada no dia 9, já causou um prejuízo de mais de R$ 20 milhões ao tráfico de drogas. Nas primeiras horas da operação de ontem foram apreendidas uma motocicleta roubada e uma caixa de medicamentos. Os policiais encontraram também placas de identificação de veículos e uma pistola. Durante a ação, duas pessoas foram presas, no Parque União. O trabalho integrado das forças de segurança já teve como resultado a prisão de 27 criminosos, apreensão de mais de meia tonelada de maconha e drogas sintéticas, assim como de 100 quilos de pasta base de cocaína. Armas e 102 veículos também foram apreendidos, além de 69 toneladas de barricadas terem sido retiradas das ruas.

Duas Lagoas Energética S.A.
CNPJ/MF nº 23.540.237/0001-60 – NIRE 33.300.331.522
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/10/2023
1. Data, Hora e Local: No dia 17/10/2023, na sede social da Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ, às 09:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente de convocação, tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes, Secretária. **4. Ordem do Dia: (i)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia; **(ii)** outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações:** O senhor acionista, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberou por: **5.1.** Com fundamento no artigo 173 da Lei 6.404/76, aprovar a redução de capital social em **R$ 4.702.615,58** da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, de R$ 21.501.000,92 para R$ 16.798.385,34. **5.1.1.** Consignar que do valor total de redução de capital: (i) R$ 2.615,58, serão destinados para absorção dos prejuízos, no montante supracitado, registrados no balanço da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) R$ 4.700.000,00 serão destinados ao pagamento do acionista, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia. **5.1.2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, aprovar que a redução de capital será efetivada sem o respectivo cancelamento de ações, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 4.702.615,58, dividido em 22.109.157 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."* **5.1.3.** Registrar que o valor da redução de capital aprovado no item 5.1.1.(ii) será pago ao acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia: Energia Sustentável Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. **5.2.** Lavrar esta ata em forma de sumário. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelo acionista e pelos integrantes da mesa que a presidiram. Rio de Janeiro, RJ, 17/10/2023. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Presidente da Mesa; **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária. **Energia Sustentável Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** (p. Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.) (Fernando Mano da Silva e João Pagano de Carvalho).

TERMOMACAÉ S.A
CNPJ: 02.290.787/0001-07
AUDITORIA AMBIENTAL
TERMOMACAÉ S.A., torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 21/09/2023 Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do ano de 2023 para operar usina termelétrica a gás natural - UTE TERMOMACAE e informa que este estará à disposição para consulta na BR 101, KM 164 - Fazenda Severina - Barra de Macaé no Município de Macaé, no período de 06/11/2023 a 10/112023, no horário das 9h30 às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E- 07/200992/2006)

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2023
A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 70/2023 no dia 31/10/2023 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamentos (ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSTO DOS ACIDOS CAPRILICO, CAPRICO, LAURICO, LINOLEICO, LECITINA DE SOJA, ASSOCIADOS COM VITAMINAS "A" E "E", LOCAO OLEOSA NÃO CONTENDO DERIVADOS ALCOOLICOS FRASCO 200 ML, COLAGENASE, 0,6 - 1,2 UI / G, POMADA, BISNAGA 30G, CREME BARREIRA DURAVEL, FORMULAÇÃO CONCENTRADA, DIMETICONA 1,3%, TERPOLÍMERO DE ACRILATO, AGENTES EMOLIENTES E UMECTANTES, BISNAGA 92 G e etc) Processo nº. 33409.004812/2023-95. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.